

## **Solicitação de Bolsa de Pós-Doutorado vinculada a Projeto Temático**

**Projeto Temático:** “Brasil, 25 Anos de Democracia – Balanço Crítico: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política (1988-2013)”

**Número FAPESP:** 2011/50771-8

**Pesquisador Responsável (Supervisor):** José Álvaro Moisés

**Candidato:** José Veríssimo Romão Netto

**Instituição Sede:** Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo

**Comportamento Legislativo no Congresso Nacional e Qualidade da Democracia: paradigmas de políticas públicas e produção legislativa na Comissão Permanente de Cultura e na Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.**

### **Resumo**

Propõe-se estudar a Comissão Permanente de Cultura (CCULT) e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, da Câmara dos Deputados Federais. A partir de entrevistas em profundidade, espera-se identificar os paradigmas desses Deputados sobre o conceito de “cultura”, bem como suas percepções sobre os diversos modelos de gestão de políticas de cultura. Em um segundo momento pretende-se medir o impacto da informação obtida acerca dos paradigmas identificados sobre a produção legislativa dos próprios Deputados a partir de um “quase-experimento”: um dos dois grupos identificados (grupo de tratamento) terá acesso à organização desses mapas imaginários. Tendo-se levantado as proposições desses Deputados entre 2011 e 2014 na área das políticas de cultura, e as classificado de acordo com os paradigmas identificados, ao longo do ano de 2015 acompanhar-se-á se a produção legislativa do grupo de tratamento sofrerá algum impacto, vis a vis a produção legislativa dos Deputados do grupo de comparação, que não terá acesso aos paradigmas identificados. O principal problema abordado refere-se à maneira como as elites políticas percebem-se a si mesmas, e a suas ações políticas no sistema democrático, reforçando a geração e propagação dos bens simbólicos que podem instituir, robustecer e reproduzir sentidos diversos de apoio dos cidadãos para com o sistema democrático. Elementos relativos a valores e ideias para explicar processos dinâmicos de mudança nas políticas públicas têm sido utilizados com mais constância ultimamente, bem como diversos autores dispõem-se a explicar mudanças nas políticas a partir da relação entre variáveis institucionais e variáveis cognitivas.

**Palavras-chave:** Qualidade da Democracia, Comportamento Legislativo, Políticas de Cultura

**Previsão de Início:** 01 de janeiro de 2014

**Previsão de conclusão:** 31 de outubro de 2015

## **Post-doctoral Fellowship Proposal - linked to Thematic Project**

**Thematic Project:** Brazil, 25 Years of Democracy – A Critical Survey: Public Policy, Institutions, Civil Society and Civic Culture (1988-2013)

**FAPESP process:** 2011/50771-8

**Principal Investigator:** José Álvaro Moisés

**Applicant:** José Veríssimo Romão Netto

**Institution:** Center for Public Policy Research – NUPPs, at University of São Paulo

**Legislative Behavior in Congress and Quality of Democracy: paradigms of public policy and legislative production in the Permanent Commission for Culture and the Parliamentary Front in Defense of Culture.**

### **Abstract**

It is proposed to study the Committee on Culture and the Parliamentary Front in Defense of Culture, both at the Brazilian Federal House of Representatives. From in-depth interviews, it is expected to identify the paradigms of these Congressmen on the concept of "culture" as well as their perceptions of the various models of administrative strategy to manage various types of policies of culture. In a second step one intend to measure the impact of the information obtained about the paradigms identified on the production of their own legislative activities from a "quasi-experiment": one of the two identified groups (treatment group) will have access to the organization of these "conceptual maps". Having raised these propositions between 2011 and 2014 in the area of political culture, and classified according to the paradigms identified, throughout the year 2015 will follow the legislative process in the treatment group will suffer some impact vis a vis the legislative output of Representatives of the comparison group, who do not have had access to the paradigms identified. The main problem addressed concerns the way political elites perceive themselves, their legislative and political actions in the democratic system, enhancing the generation and propagation of symbolic goods that can establish, strengthen and play different senses of public support for with the democratic system. Information correlated to values and ideas has been used to explain the dynamic processes of change in public policies more consistently lately, and several authors have explained policy changes from the relationship between institutional and cognitive variables.

**Key-words:** Quality of Democracy, Legislative Behavior, Policies of Culture

**Initiation:** January 1st

**Conclusion:** October 31st

## **Informações Preliminares e Vinculação a Projeto Temático da FAPESP**

O projeto ora submetido associa-se às pesquisas atualmente em desenvolvimento no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP, especialmente o Projeto Temático “Brasil, 25 Anos de Democracia – Balanço Crítico: Políticas Públicas, Instituições, Sociedade Civil e Cultura Política (1988-2013)” (nº FAPESP 2011/50771-8), sob coordenação do Professor José Álvaro Moisés. A partir de análises das relações entre governança democrática, cidadania e equidade social, o principal objetivo do referido Projeto é analisar a qualidade da gestão das políticas públicas a partir das atividades do Executivo e do Legislativo no sistema democrático vigente no país.

As indagações centrais do Projeto Temático se referem aos conceitos de responsividade (*responsiveness*) e de responsabilização (*accountability*) dos governos democráticos a partir da abordagem da qualidade da democracia (Diamond e Morlino, 2005), que coloca o foco central da análise nas inter-relações entre princípios democráticos, procedimentos institucionais, participação política e resultados práticos da democracia.

Entre as três áreas principais do Projeto Temático (Políticas Públicas de Cultura, Segurança e Educação; Instituições; e Sociedade Civil e Cultura Política), o projeto ora proposto associa-se às áreas de Políticas Públicas de Cultura e de Instituições.

Essas áreas apresentaram diversos resultados positivos de pesquisa a partir do Projeto Temático ao qual se associa a presente proposta de investigação. A seguir destacam-se as principais contribuições, como foram citadas em relatório anual enviado à FAPESP, aprovado com satisfatórias referências em Parecer de 17/07/2013.

Na área de Instituições de Representação Política, três atividades principais terão destaque para o projeto ora proposto: *i*) a catalogação e classificação preliminar de cerca de 25 mil Projetos de Lei, de um total de 28 mil apresentados na Câmara dos Deputados entre 1995 e 2010, que não foram submetidos ao Plenário, abre as portas para um exame analítico inovador do desempenho dos parlamentares brasileiros em diversas áreas de políticas públicas; *ii*) a formação de banco de dados sobre os perfis dos parlamentares que participaram das legislaturas 48<sup>a</sup>. à 54<sup>a</sup>., isto é, entre 1995 e 2010, e que permite o refinamento da análise da sua atuação com base no seu background socioeconômico, profissional, religioso, ideológico, partidário e patrimonial dos parlamentares; *iii*) formação de um banco de dados básico sobre as comissões permanentes da Câmara dos Deputados - composto por quatro conjuntos, a saber, a) composição das 21 comissões entre 1995 e 2010; b) matérias aprovadas em definitivo nas mesmas comissões e assim transformadas em norma; c) matérias rejeitadas, d) emendas apresentadas pelas comissões às matérias apreciadas.

Na área das políticas de cultura, o projeto proposto partirá de três avanços do Projeto Temático: *i*) revisão da literatura disponível sobre o tema das políticas públicas de cultura; *ii*) construção de um banco de dados sobre o funcionamento das organizações sociais com base em documentos de domínio público; *iii*) preparação de questões específicas para os surveys de elites e de massas a serem aplicados em 2013 com questões relativas à percepção do papel das políticas culturais na democracia brasileira.

### **Resumo do Projeto Temático**

Este projeto consolida as pesquisas atualmente em desenvolvimento no Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da USP, o qual se dedica ao estudo e análise de programas de políticas públicas sob o ângulo da relação entre governança democrática, cidadania e equidade social. Um de seus principais objetivos é a análise da qualidade da gestão das políticas públicas, tendo em conta o papel do Executivo e do Legislativo no sistema democrático vigente no país.

O presente projeto visa realizar um balanço crítico de 25 anos da democracia brasileira (1988/2013) com base na análise de três eixos temáticos principais: as políticas públicas, as instituições democráticas, e as relações entre a sociedade civil e a cultura política. A perspectiva adotada é a proposta pela abordagem da qualidade da democracia (Diamond e Morlino, 2005), ou seja, a que coloca o foco central da análise nas inter-relações entre princípios democráticos, procedimentos institucionais, participação política e resultados práticos da democracia. Por essa razão, as indagações centrais do projeto se referem aos conceitos de responsividade (*responsiveness*) e de responsabilização (*accountability*) dos governos democráticos.

O estudo do caso brasileiro, a ser desenvolvido em perspectiva comparada com outros casos recentes de democratização, pretende contribuir para a agenda de pesquisa internacional que, após os estudos de transição política e consolidação democrática, concentram esforços em torno da mensuração e análise da qualidade das novas democracias. Espera-se que os resultados da pesquisa sirvam de referência crítica para a agenda de aperfeiçoamento dos modelos de gestão de políticas públicas e de reformas das instituições democráticas

### **Infra-estrutura Disponível para Pesquisa**

O Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo ocupa 150m<sup>2</sup> da Universidade, em dois ambientes de pesquisa; conta com três funcionários (um acadêmico e dois de apoio administrativo); servidor central para guarda de informações de pesquisa; 20 microcomputadores; telefone, foto-copiadora, impressora, acesso à internet; biblioteca especializada em políticas públicas; acesso às revistas internacionais necessárias à pesquisa via internet.

## 1. Enunciado do principal problema a ser abordado

Estudos sobre a qualidade da democracia demonstram um paradoxo do ponto de vista democrático: a despeito da maioria da população apoiar o regime democrático como melhor forma de governo, a avaliação do público acerca do funcionamento de algumas das instituições democráticas tem sido crescentemente negativa e marcada por cinismo, desconfiança política e a emergência de modos não convencionais de participação política (Norris, 1999; Dalton, 2002; Morlino, 2010; Moisés, 2010).

Se o fenômeno não implica, necessariamente, rejeição à democracia como regime, a despeito da criticidade no julgamento de instituições democráticas (Offe, 1999; Warren, 1999), fala-se, em certos casos, em uma gradual deslegitimação dessas instituições, que pode não comprometer a legitimidade do regime em curto prazo, mas, supõe-se possa corroer progressivamente a percepção do público de que a democracia é a melhor forma de governo para que os cidadãos enfrentem e resolvam seus problemas de ação coletiva (Booth e Seligson, 2006; Morlino, 2010; Moisés, 2010).

A qualidade da democracia associa por um lado o fenômeno de desconfiança política generalizada (e uma possível consequência de que isso leve a um desengajamento político geral) e por outro o de descontentamento com instituições democráticas específicas (Diamond e Morlino, 2005; Moisés et. alli., 2010), e busca analisar a vigência, garantia e expansão do princípio democrático do Primado da Lei (Rule of Law) em suas manifestações como a participação popular, a representação política e a competição eleitoral, que cumprem os seus objetivos somente se apropriados à consecução de políticas públicas que assegurem a ampliação dos direitos de cidadania a toda a comunidade política, atendendo às expectativas dos eleitores, desenvolvidas na prática do processo democrático. Uma democracia de qualidade assegura que princípios e procedimentos democráticos coadunem-se para produzir impacto na qualidade da vida das pessoas e em suas escolhas (O'Donnell, Cullell e Iazzetta, 2004; Lijphart, 1999).

O foco da análise está na associação entre dois fenômenos, a responsividade (*responsiveness*) e a responsabilização (*accountability*) dos governantes e agentes públicos. A primeira pode ser compreendida como a capacidade dos governantes em identificar e responder às demandas e anseios dos cidadãos. Já o conceito de responsabilização diz respeito aos procedimentos e mecanismos por intermédio dos quais eleitores e sociedade responsabilizam e controlam a conduta dos que detêm o poder.

Analicamente, ambos os conceitos estão conexos, uma vez que a responsividade abarca a percepção dos governantes sobre as vontades e expectativas dos cidadãos, e a

responsabilização organiza a avaliação pública sobre a ação dos governos em termos de quantificar se sua ação política em relação aos pleitos dos cidadãos atendeu ou não os interesses dos eleitores. Essa relação é que torna efetiva a conexão entre as preferências formadas entre o eleitorado e a maneira como as instituições políticas operam para incluí-las no sistema político a partir da implementação de políticas públicas compatíveis.

Nesse sentido, é possível que se descrevam e analisem os serviços públicos garantidos pelos diversos órgãos governamentais a cidadãos tomados individualmente e a grupos organizados na sociedade, bem como se meçam os bens simbólicos que instituem, robustecem e reproduzem um sentido de apoio dos cidadãos para com o sistema democrático (Eulau e Karpis, 1977; Powell, 2005; Morlino, 2010).

Também se torna possível que sejam investigadas as percepções dos governantes eleitos, agentes fiduciários do Estado e representantes legislativos acerca da maneira como percebem essa relação; ou seja, como julgam que o resultado de suas ações políticas e administrativas refletem a articulação exposta pela conexão entre a maneira como percebem as vontades e expectativas dos cidadãos (responsividade) e a responsabilização que os cidadãos associam à sua ação política quando a cotejam com seus anseios originais.

Essa problematização refere-se diretamente à maneira como as elites políticas percebem-se a si mesmas, e a suas ações políticas no sistema democrático, reforçando a geração e propagação dos bens simbólicos que podem instituir, robustecer e reproduzir sentidos diversos de apoio dos cidadãos para com o sistema democrático.

### **Políticas de Cultura no Brasil: entre paradigmas e observações**

É sabido que as políticas de cultura no Brasil são difíceis de serem caracterizadas: seja porque, comparados com os de outras áreas, os investimentos públicos no setor têm sido bastante mais limitados (os investimentos em cultura seguem sendo, mesmo nos governos democráticos, inferiores a 1% do orçamento da União), seja porque o acúmulo de conhecimento produzido na área é insuficiente, seja também porque se sabe pouco sobre a efetividade das políticas que vêm sendo adotadas nas três últimas décadas no país (Moisés e Sosnowski, 2001).

É comum na literatura científica brasileira sobre as políticas de cultura que se faça muita historiografia sobre como se desenvolveu a área no país desde a chegada da família real no século XIX; que se estudem pequenos casos sobre atividades pontuais de políticas que não encontram constância no tempo; ou que se produzam ensaios normativos sobre

qual deveria ser o conceito de cultura que deveria orientar a atividade política dos representantes e tomadores de decisões (Rubim, 2007).

A institucionalização de órgãos estatais de cultura no Brasil deu-se entre os anos 1930 e 1960 (Miceli, 1984). A partir de 1985, a criação do Ministério da Cultura (MinC) e da Lei Sarney ajudou a gerar as condições para a participação do setor privado nos investimentos em cultura no país. Mas com o advento do governo Collor de Mello, em 1990, quando passou a prevalecer uma visão minimalista de Estado, o MinC foi reduzido a uma Secretaria da Presidência da República e os recursos públicos escassearam. Uma recuperação relativa da situação anterior ocorreu entre 1994 e 2002, no governo FHC, quando, além da recriação do MinC, diversos mecanismos de financiamento foram modernizados, a exemplo das Leis *Rouanet* (8.313/91) e do Audiovisual (8.685/93), servindo de base para a retomada das atividades culturais e, em especial, para a produção cinematográfica e audiovisual, que tinha quase se reduzido a zero com extinção da Embrafilme (Moisés e Botelho, 1997; MinC e IPEA, 2007). As mudanças prosseguiram no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando os investimentos do Estado na área voltaram a crescer, e, como apontam alguns estudos, as políticas oficiais passaram a fortalecer os canais de manifestações culturais de minorias (Rubim, 2007).

O Brasil se caracteriza, no entanto, por ser uma sociedade marcada por grande diversidade cultural. Nas condições da sociedade aberta e em permanente processo de transformações que caracteriza o Brasil, o processo de construção de identidades tem um papel muito importante para os esforços de ampliação da liberdade e da igualdade que caracterizam os avanços da democracia no país (Moisés, 2010).

Essa diversidade cultural vem sendo descrita e compreendida de diversas maneiras. Ao cotejar diferentes percepções de “cultura” no país, Isaura Botelho (2001) distingue a cultura no plano cotidiano daquela que se percebe em circuito organizado, categorizando essas duas dimensões de cultura de “antropológica” e “sociológica”. Na primeira dimensão, a cultura é produzida por intermédio da interação social dos indivíduos, elaborando e configurando modos de pensar e sentir, construindo valores, manejando identidades e diferenças e estabelecendo suas rotinas. Já a dimensão sociológica, segundo a autora, refere-se a um conjunto diversificado entre demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas que, para ocorrerem, dependem de instituições que estimulem a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos.

Ainda segundo a autora, políticas culturais, tomadas isoladamente, não conseguem atingir o plano cotidiano, e as políticas de cultura no Brasil não têm obtido articulação entre as esferas necessárias para que seus resultados sejam efetivos na área.

Como se percebe, a demarcação conceitual do que sejam políticas culturais não é evidente por si só, uma vez que não se tratam de demandas lineares ou problemas objetivos que se impõem de maneira “natural”, delineando de maneira clara suas fronteiras com outras políticas como educação, comunicação, políticas urbanas, assistência social, etc. Por isso, é necessário evidenciar-se essas características das políticas culturais, sobretudo, a dificuldade de se encontrar definições claras para a categoria “cultura”, bem como uma referência de quais sejam as delimitações percebidas como necessárias para as políticas públicas da área.<sup>1</sup>

Dessa maneira, objetivos e crenças sobre o setor convivem no espaço público, unificados por tênues linhas que constituem o campo semântico da categoria “cultura”, mas que ainda são insuficientes para unificar e articular programas coerentes de intervenção e gestão cultural, tendo por resultado das ações governamentais conjuntos de ações fragmentárias e, por vezes, contraditórias (Brasília, 2007).

Em estudo recente do próprio MinC e do IPEA (Brasília, 2007, V 2, p. 159), observa-se que “se as políticas culturais, em grandes linhas, podem ser vistas em um quadro de longo prazo, de caráter incremental, isto é, de acúmulos nos processos de construção institucional, com a invenção, a presença e a retomada recorrente dos mesmos temas, também é certo que os diferentes períodos históricos enfrentam seus problemas com perspectivas diferenciadas”.

### **Paradigmas de gestão em Cultura**

Também há paradigmas diversos quando se reflete sobre como devem ser geridas as políticas de cultura no país. De maneira generalista, é possível que se identifiquem modelos de gestão das políticas de cultura dos tipos: *i*) direto, no qual o Estado desenvolve e implementa diretamente a política, por intermédio de servidores públicos (caso de alguns museus, orquestras, teatros, etc); *ii*) indireto, modelo pelo qual a política é desenvolvida por intermédio de empresas públicas, por instituições fundacionais ou autárquicas (como exemplos temos as políticas nacionais de incentivo às artes executadas pela Fundação Nacional da Arte, FUNARTE); *iii*) por renúncia fiscal,

---

<sup>1</sup> É preciso observar, no entanto, que essas características não têm sido empecilho para que se processem questões pertinentes aos diferentes sentidos correntes e também não têm obstado a formulação e implementação de ações governamentais na área.



estratégia pela qual o Estado abre mão de parcela de sua arrecadação para particulares executarem atividades artísticas (como, por exemplo, o caso das Leis de incentivo à cultura, como a Rouanet e a do Áudio-visual); *iv*) por intermédio de contratualização ou parcerização de resultados, modelo pelo qual o Estado estabelece convênios, Contratos de Gestão, e Termos de Compromisso com o chamado terceiro setor (ONGs ou Fundações privadas de direito público qualificadas como Organizações Sociais ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) (Oliveira e Romão, 2006).

A trajetória das estratégias de gestão das políticas federais de cultura já foi objeto de estudos (Miceli, 1984; Moisés e Botelho, 1997; Minc e IPEA, 2007; Rubim, 2008). Vale ressaltar que em novembro de 2012 o governo federal aprovou junto ao Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 71, que cria o Sistema Nacional de Cultura, prevendo, entre outras coisas, fundos públicos e a participação popular para a gestão das políticas de cultura. Até o presente momento, de acordo com sítio eletrônico do MinC (<http://blogs.cultura.gov.br/snc/>), 24 estados brasileiros assinaram acordo com o governo federal para implementação do modelo de gestão, e 32% dos municípios o fizeram (1792).<sup>2</sup>

As discussões sobre o modelo de gestão mais adequado à gestão da coisa pública na área da cultura estão presentes no Congresso Nacional, especificamente em duas instâncias institucionalizadas pelos Deputados e reconhecidas como instâncias legítimas pelo Plenário da Câmara: a Comissão Permanente de Cultura (CCULT), e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. Mas pouco se conhece sobre as percepções desses Deputados sobre qual seja sua concepção do conceito de cultura, e a partir de qual modelo paradigmático sobre gestão das políticas culturais encaminham suas proposições e se fazem escutar nessas comissões. Também pouco se sabe sobre a quantidade e qualidade da produção legislativa desses Deputados.

Este diagnóstico preliminar, ainda que bastante incompleto, é suficiente para indicar que existem questões importantes que, desde uma perspectiva dos estudos sobre a qualidade da democracia brasileira, precisam ser respondidas a respeito das políticas públicas de cultura, especificamente acerca das percepções e atividade legislativa dos Deputados federais que se dedicam ao tema: quais são suas percepções sobre o conceito de cultura; que modelo de gestão preconizam para as políticas de cultura; como veem sua atividade parlamentar no que diz respeito à sua percepção sobre as demandas de seu eleitorado; de que maneira prestam contas de suas atividades aos cidadãos eleitores; e como essas diversas percepções impactam em suas atividades legislativas.

---

<sup>2</sup> Acesso em 17/05/2013 às 14h00m. Não há, ainda, Decreto que regulamente as atividades do Sistema Nacional de Cultura.

## **Objeto de investigação proposto**

Para enfrentar essas questões, o projeto adotará como estratégia central de pesquisa contrastar as diversas percepções dos Deputados Federais acerca das questões levantadas e que estejam envolvidos com o tema da cultura no Congresso, especificamente junto aos parlamentares que fazem parte de dois fóruns institucionalizados na Câmara dos Deputados: a Comissão Permanente de Cultura (CCULT) e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

A CCULT foi criada em fevereiro de 2013 a partir do desmembramento da então Comissão de Educação e Cultura, e suas atividades regimentais constam de: a) Desenvolvimento cultural, inclusive patrimônio histórico, geográfico, arqueológico, cultural, artístico e científico, acordos culturais com outros países; b) Direito de imprensa, informação e manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação; c) Produção intelectual e sua proteção, direitos autorais e conexos; d) Gestão da documentação governamental e patrimônio arquivístico nacional; e) Diversões e espetáculos públicos; f) Datas comemorativas; g) Homenagens cívicas. A CCULT é formada por 20 membros titulares e 20 suplentes (do total há 37 cadeiras ocupadas); sendo que, hoje, essa composição tem representação de 15 estados da Federação e 16 partidos políticos.<sup>3</sup>

No ano de 2011, a Câmara dos Deputados reinstaurou uma “Frente Parlamentar em Defesa da Cultura”, com finalidades estatutárias diversas dentro das atividades vinculadas às políticas de cultura que vão desde propor políticas de preservação do patrimônio nacional material e imaterial, passando pelo incentivo e difusão da cultura popular, articulação governamental e da sociedade civil, e chegando à produção de material didático para as escolas públicas. A Frente conta com 36 deputados, sendo nove membros do Conselho Executivo, e 27 membros natos, um por estado da Federação. Conta, hoje, com representação partidária de 14 siglas nacionais, e 26 estados estão representados.<sup>4</sup>

Há, em 2013, uma sobreposição na representação entre os membros da CCULT e da Frente de 30%, de modo que 11 parlamentares figuram em ambas as instituições.

## **Focos Analíticos da Pesquisa**

O panorama sugerido até agora coloca o foco analítico da pesquisa sobre dois pontos. Por um lado, diz respeito às diversas percepções dos Deputados federais da CCULT e da

---

<sup>3</sup> (<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccult>; acesso em 18/05/2013 às 15h08min)

<sup>4</sup> (<http://frenteparlamentardacultura.org/>, acesso em 18/05/2013 às 15h09min)

Frente Parlamentar em Defesa da Cultura sobre o que seja “a cultura” e que papel desempenham as políticas de cultura no país; sobre como reconhecem as demandas de seu eleitorado no que diz respeito às políticas de cultura; qual paradigma de gestão para as políticas de cultura têm para balizar sua atividade legislativa; e como prestam contas de suas atividades para seu eleitorado. Por outro lado, tem-se a intenção de mensurar qual foi a qualidade de sua atividade legislativa entre os anos de 2010 e 2014 no que diz respeito a como essas diversas percepções orientaram suas proposições feitas à Câmara: quantidade de proposições apresentadas e identificação de seus temas principais.

Como se tentou demonstrar, ainda que de maneira preliminar, o modelo de gestão e de governança com que conduz políticas públicas de cultura utiliza de modo irracional os recursos disponíveis, e responde de forma insatisfatória às demandas dos cidadãos-consumidores dos serviços públicos. Esse diagnóstico sugere que é preciso avançar mais o que já se sabe a respeito dos modos de funcionamento do Estado e da sua gestão dos serviços públicos de cultura. A avaliação tem de levar em conta, por uma parte, a existência ou não de planejamento desses serviços, os critérios sociais e políticos com base nos quais são avaliados os seus resultados efetivos do ângulo de sua eficiência e eficácia.

Entre os debates teóricos que acompanharam o processo de redemocratização de diversos países ao redor do mundo há aquele que diz respeito à relação existente entre as instituições de representação política, a execução das políticas públicas e o papel da sociedade civil como agente nesse processo. Diversas são as metodologias empregadas para equacionar essa questão, ora com propensão de análise institucionalista, e, com menos frequência, aquelas que incluem na equação variáveis culturais, histórias e sociológicas (Moisés, 2008; Messenberg, 2008).

Questões como que relações estabelecer entre instituições e indivíduos, e quais os processos pelos quais surgem e se modificam as instituições estão no cerne dos debates dos que se debruçam sobre pesquisas de políticas públicas (Immergut, 2006; Hall e Taylor, 2003). Nessa linha de reflexão, podem-se identificar três tipos de escolas argumentativas, a do institucionalismo da escolha racional, do institucionalismo histórico, e do institucionalismo sociológico (Hall e Taylor, 2003).

Para explicar a relação entre o comportamento individual e as instituições, essas correntes lançam mão de argumentos como as regras estruturais sob as quais ocorrem as interações humanas (institucionalismo histórico); quais as regras do jogo que constroem indivíduos a buscar o equilíbrio em suas interações e garantir a busca de seus interesses (institucionalismo da escolha racional); e quais os contextos sócio-

culturais que garantem o desenvolvimento e estabelecimento de que tipos de instituições (institucionalismo sociológico).

Contudo, elementos relativos a valores e ideias para explicar processos dinâmicos de mudança nas políticas públicas têm sido utilizados com mais constância ultimamente, e aparecem com importância na literatura contemporânea. Diversos autores dispõem-se a explicar mudanças nas políticas a partir da relação entre variáveis institucionais e variáveis cognitivas (Sabatier, 1988; Elster, 1989; Huber e Stephens, 1997; Ross, 1997; Braun, 1999; Lieberman, 2002; Messenger, 2005; Messenberg, 2008). Essa qualidade de variáveis, as cognitivas, tem sido central nas análises de diversas políticas públicas, principalmente nos últimos 20 anos. Nesse sentido, há estudos que sugerem que a relação entre escolhas de políticas e as instituições podem ser compreendidas a partir da identificação de paradigmas que servem de sustento para as políticas públicas. Esses paradigmas envolvem construtos intelectuais que se ligam a arenas específicas de políticas públicas (*policy system*) e que supõem um conjunto de ideias e percepções partilhados pelos diversos atores políticos envolvidos nas áreas (Hall, 1989; 1990; Jenson, 1989).

Tratam-se, os construtos intelectuais, de percepções, atitudes, ideias e valores interligados que permitem que se definam qual o modo “acertado” não apenas para identificar o problema alvo da política pública em questão, mas também as características estratégicas que as fazem operar e quais os resultados que delas se esperam.

A identificação desses paradigmas permite que se construa um “mapa imaginário” de como se distribuem papéis e posições a atores relevantes, além do “estilo” de política que deve ser adotado a partir da perspectiva do mapa identificado. Esse sistema de significados e práticas institucionais, em seu funcionamento, oferece respostas, ou opõe argumentos, aos problemas enfrentados. Dito de outro modo, o paradigma de uma política pública pode ser compreendido como sendo, simultaneamente, o elemento constitutivo da identidade dos atores relevantes para determinado *policy system* (como se fosse a visão de mundo que sustenta sua ação tomada), e o conjunto de proposições causais que organizam as alternativas possíveis de políticas propostas para a área da política tratada (aqui identificadas a partir da atividade legislativa dos membros da CCULT e da Frente Parlamentar).

De maneira exploratória no campo das políticas públicas de cultura brasileiras, tendo por *policy system* a Comissão Permanente de Cultura e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, ambas esferas da Câmara dos Deputados federais, e os atores envolvidos em

ambas as esferas, este projeto entende contribuir no avanço do conhecimento desse novo ângulo de investigação, especificamente a partir da identificação e análise de como os paradigmas das políticas de cultura compartilhados, ou antagonizados, por esses atores atendem às exigências de responsividade dos governos no período democrático recente, bem como que influência tem a identificação e objetivação desses paradigmas por parte dos Deputados na qualidade das propostas feitas por esses parlamentares ao plenário da Câmara.

Nesse último sentido, pretende-se, como descrito na metodologia desse projeto, que a partir de um “quase-experimento”, um dos dois grupos identificados tenha acesso à organização desses mapas imaginários, momento a partir do qual se acompanhará se sua produção legislativa sofrerá algum impacto, vis a vis a produção legislativa dos Deputados que não terão acesso aos paradigmas identificados.

## **2. Resultados Esperados**

O presente projeto de pesquisa deverá produzir produtos relacionados com os objetivos gerais de disseminar o conhecimento gerado e de ampliar os termos do debate intelectual com especialistas nacionais e internacionais - e o público em geral - em torno da identificação e disponibilização dos paradigmas orientadores das políticas de cultura da Comissão Permanente de Cultura e da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. Especificamente, almeja-se:

- **Contribuir para a mudança do atual patamar da produção metodológica e substantiva do conhecimento** em Ciências Sociais no Brasil, fortalecendo o papel protagonista do NUPPs/USP nessa área;
- **Fortalecer a inserção Do NUPPs/USP em redes internacionais de pesquisas** mediante a formação de parcerias, a realização de eventos acadêmicos (seminários), a produção de artigos e capítulos de livros em edições nacionais e internacionais;
- **Consolidar o papel do NUPPs/USP como fonte de produção e referência** sobre os temas centrais da pesquisa mediante a disponibilização de bancos de dados ao público acadêmico e em geral, de modo a propiciar a oportunidade de elaboração de novos estudos e abordagens capazes de contribuir para aprimorar a atuação de formuladores e implementadores de políticas públicas no país, bem como de responsáveis por instituições de governo, do Congresso Nacional e da relação entre a sociedade civil e o Estado.

### **3. Desafios Científicos e Métodos para Superá-los**

A pesquisa ora proposta utilizar-se-á de metodologia de pesquisa fundamentada no “delineamento de pré e pós-teste com grupo de comparação não equivalente” (Sellitz, Wrightsman, e Cook, 1981). A pré-testagem das informações será efetuada com base em metodologia mista. A primeira ação de pesquisa, via questionários semi-estruturados, visa à identificação e qualificação de paradigmas sobre o conceito de cultura, e sobre os modelos de gestão mais adequados às políticas públicas de cultura percebidos entre os Deputados Federais, especificamente dos Deputados de dois grupos não equivalentes identificados na Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Cultura, e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. A segunda atividade que se considerará pré-teste será o levantamento da produção legislativa desses congressistas entre os anos de 2010 e 2014, e sua qualificação vis a vis os paradigmas identificados nas entrevistas.

Com esse mapeamento feito, uma informação organizada sobre os paradigmas e sua própria produção legislativa será oferecida para o grupo de tratamento, e a produção legislativa de ambos os grupos será acompanhada após esse evento. A intenção desse quase-experimento é a mensuração do impacto da informação sistematizada sobre a quantidade e qualidade da produção legislativa dos congressistas ao longo do ano de 2015.

#### **Identificação de Paradigmas e Produção Legislativa**

Dado seu ineditismo na área da produção legislativa sobre as políticas públicas de cultura no Brasil, esse projeto trata de análise exploratória para identificar padrões de paradigmas sobre o conceito de cultura, e sobre os modelos de gestão mais adequados às políticas públicas de cultura entre Deputados Federais; especificamente dos Deputados de dois grupos formados na Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Cultura, e a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

Assim, busca-se identificar e estabelecer padrões em relação a elementos que dizem respeito a valores e ideias para explicar processos dinâmicos de mudança nas políticas públicas. Estudos como o que ora se apresenta têm sido utilizados com mais constância ultimamente, e aparecem com importância na literatura contemporânea, como demonstrado no item sobre o principal problema a ser abordado por esse projeto.

Para que esses paradigmas sejam identificados, serão desenvolvidos e aplicados questionários semi-estruturados aos grupos de Deputados selecionados questionando-os sobre suas opiniões acerca do que seja cultura; que papel social relevante desempenham

as políticas de cultura; a que público se destinam essas políticas; qual o melhor modelo de gestão para que sejam desenvolvidas; que distorções e acertos percebem na execução das políticas nacionais de cultura.

Atividade de pesquisa paralela a essa será o levantamento da produção legislativa desses Deputados (Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Propostas de Emenda Constitucional, Projetos de Decreto Legislativo) entre os anos de 2011 e 2014, que dizem respeito a parte da atual legislatura (54<sup>a</sup>).

Sabendo-se que a 55<sup>a</sup> legislatura inicia-se em 2015, pretende-se reaplicar os questionários para identificação dos paradigmas de cultura e de gestão cultural – bem como serão levantadas suas produções legislativas entre os anos de 2011-2014 na área da cultura – dos Deputados que vierem a integrar a nova composição da CCULT e da Frente Parlamentar.

Esse levantamento servirá para a qualificação dessas proposições, de acordo com os paradigmas de cultura e dos paradigmas de gestão das políticas de cultura identificados pelo projeto ora apresentado, a partir das respostas dos Deputados. A organização da produção legislativa desses Deputados será cotejada com os paradigmas identificados a partir de suas exposições nas entrevistas semi-estruturadas para identificar convergência ou divergência entre suas concepções paradigmáticas e suas atividades legislativas.

Espera-se, de maneira geral, medir a influência da informação da própria atividade legislativa dos Deputados. A hipótese que se pretende verificar é que a informação sobre a própria atividade parlamentar reorganizará os Deputados da CCULT e da Frente Parlamentar no que diz respeito à sua produção legislativa, modificando a qualidade de suas propostas no que diz respeito ao conteúdo das proposições feitas à Câmara dos Deputados ao longo do ano de 2015 na área das políticas de cultura.

### **Experimentos e Quase-experimentos em Ciência Política**

Um outro aspecto desse projeto é que ele se pretende quase-experimental, utilizando-se de metodologia de delineamento de pré e pós-teste com grupo controle não equivalente (Selltiz; Wrightsman; e Cook, 1981). Estudos experimentais e quase-experimentais em ciência política especificamente, e nas ciências sociais, em geral, têm percebido uma elevação quantitativa e qualitativa nas últimas três décadas (Bloom et alli, 2005; Druckman et alli, 2006; John, 2013).

Experimentos facilitam a inferência causal por intermédio de procedimentos controlados, notadamente sua aplicação a grupos de tratamento e grupos de controle aleatoriamente distribuídos, o que permite que sejam determinadas as regras

institucionais, as configurações de preferências e de outros fatores contextuais que são difíceis de serem aferidos com outros métodos investigativos (Druckman et alli, 2005). Experimentos de campo, como demonstrado por John (2013), são aplicados em ciências sociais desde a década de 1920 (ver Gosnell, Harold F. 1927. *Getting-Out-The-Vote: An Experiment in the Stimulation of Voting*. Chicago University Press), mas a partir dos anos 2000 ocorre o que John chamou de “revival of experimentation” (2013, p 21). Esse resgate da metodologia experimental em ciências sociais tem seu esforço de pesquisa concentrado na área de GOTV (Get Out The Vote) que estuda a mudança no comportamento do voto a partir de estímulos oferecidos ao eleitor em grupos controlados de tratamento e de controle. Assim, grupos que recebem estímulos diferentes como prospecção porta a porta, telefonemas e e-mails compõem de maneiras diferentes às urnas no período eleitoral (ver Gerber, A. e Green, Donald P. 2000. *The Effects of Canvassing, Telephone Calls, and Direct Mail on Voter Turnout*. *American Political Science Review* 94(3): 653-663).

Todavia, esses estudos experimentais não ficaram restritos à área de comportamento eleitoral, tendo-se extravasado para as áreas de estudo de instituições governamentais e de avaliação de programas de políticas públicas (Druckman et alli, 2005; Bloom, 2005; Howkins e Catalano, 2005).

Para essas áreas citadas, experimentos colocam uma questão adicional, que dificulta o desenho das amostras: grupos de representantes, ou governantes, e grupos de indivíduos que participam de determinado programa de política pública fazem parte compulsória dos grupos identificados para o experimento, impedindo, assim, a aleatoriedade da distribuição entre o grupo de controle e de tratamento.

Essa imposição empírica do objeto a ser estudado faz com que se atribua discricionariamente ao experimento uma qualidade de “quase-experimento”, com possibilidades diversas para que possam ser estudados.

Quase-experimentos são desenhos de pesquisa que não têm distribuição aleatória entre os sujeitos do tratamento e do grupo de controle. Ao invés disso, a comparação entre as condições de tratamento e não-tratamento deve sempre ser feita com grupos não equivalentes, e/ou com os mesmos sujeitos antes do tratamento (Selltitz; Wrightsman; e Cook, 1981).

Uma das possibilidades, bastante utilizada na área da saúde e da psicologia social, são os “desenhos no limite do sujeito” ou “desenhos de mensuração repetida” (within subject design ou repeated measure design), no qual o mesmo grupo de indivíduos é



exposto a diversos tratamentos ao longo do tempo no mesmo experimento (Bloom, 2005; John, 2013).

Outra possibilidade é a comparação entre grupos não equivalentes, que aplicado à ciência política é bastante utilizado na avaliação de programas. Nessa metodologia, para que se possa estabelecer uma alternativa contrafactual que garanta a mensuração do impacto de P (grupo estabelecido para estudo e sob influência do programa) sobre Y (efeito ou resultado observado) é necessário o estabelecimento de um grupo não experimental de pessoas que não têm acesso ao programa que se espera que determine o comportamento de P. Esse grupo é aqui chamado de grupo de comparação, não grupo de controle (Bloom, 2005). Essa metodologia foca no estabelecimento de padrões de comparação não-experimentais para grupos, também chamados de desenho de grupos de pesquisa não-equivalentes (IBID).

Em um estudo desse tipo, o grupo P (sob influência do programa) e o grupo de comparação podem diferir no que diz respeito a alguns fatores relacionados aos resultados de interesse (Y). Para que se diminua o viés do impacto dessas variáveis sobre o modelo é necessário que se estabeleçam e controlem as características ditas de base dos dois grupos (aqui chamadas X).

Uma estratégia bastante utilizada para tentar diminuir o estabelecimento de relações espúrias entre X e Y é a adoção de metodologias de investigação do tipo longitudinais, quando se podem comparar o comportamento do grupo P com o comportamento do grupo de comparação. Esse modelo assume que mudanças de comportamento ocorrem em uma razão constante durante o período do estudo. “[...] these assumptions allow the effects of characteristics that cannot be observed directly to be subtracted from impact estimates by comparing how program-group outcomes change over time with how comparison-group outcomes change over time” (IBID, p. 179).

Assumindo o modelo, propõe-se que dois grupos identificados na Câmara dos Deputados Federais (os Deputados da Comissão Permanente de Cultura, e os Deputados da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura) serão um o grupo de tratamento (P) o outro o grupo de comparação; a qualidade e quantidade de suas proposições legislativas serão os resultados de interesse (Y).

Será definido como grupo de tratamento aquele entre os dois grupos identificados que tiver, em seu conjunto e entre os anos de 2011 e 2014, maior atividade legislativa (Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Propostas de Emenda Constitucional, Projetos de Decreto Legislativo) na área da cultura e das políticas públicas de cultura. Já

o grupo de comparação será aquele que, no mesmo período, apresentar menor produção legislativa na mesma área.

As características de base (X) de ambos os grupos serão mensuradas, *ex ante*, pelas seguintes variáveis: quanto tempo têm como representantes legislativos na Câmara Federal; quanto tempo permaneceram os Deputados do grupo no partido político a que pertencem; quantas propostas legislativas foram ao Plenário da Câmara tendo saído dos membros do grupo; qual a escolaridade dos membros do grupo (quantos anos estudaram, que tipo de formação tiveram no Ensino Médio (público ou privado, técnico ou propedêutico) e no Ensino Superior (público ou privado, em qual área do conhecimento); idade; cor; gênero; patrimônio pessoal.

Para fortalecer a característica de quase-experimento ao estudo ora proposto, será aplicada uma metodologia inspirada no que Druckman e colegas (2006) - ao tipificar e qualificar o crescimento de métodos experimentais em ciência política - chamaram de “sussurro aos príncipes” (Whispering to Princes).

A estratégia, que de acordo com os autores vem tendo seus resultados na área da ciência política desde 1956, especificamente na *American Political Science Review*. A técnica foi bastante aplicada a estudos que se ocupavam em compreender como diversos estímulos sobre o eleitor elevavam seu comparecimento às urnas (ver Eldersveld, Samuel J. 1956. “Experimental Propaganda Techniques and Voting Behavior”. *American Political Science Review*, 50 (March): 154-65).

Esses estudos, ao chegarem ao conhecimento dos atores políticos, influenciavam suas estratégias de campanha, fato que devolvia uma questão investigativa aos pesquisadores: os eleitores variam sua preferência política porque encontram mensagens diferentes nas campanhas políticas, ou encontram campanhas políticas diferentes porque têm suas preferências políticas diversas expostas, o que causa mudança nas campanhas? Incorporando essa inspiração a esse projeto, pode-se questionar se ao se “sussurrar” aos parlamentares da Comissão Permanente de Cultura ou da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura (o grupo que for escolhido como sendo de tratamento, dado o critério de produção legislativa estabelecido) informações organizadas sobre seus padrões de paradigmas de cultura e de gestão das políticas de cultura, haverá algum padrão de alteração em sua produção legislativa. Alteração aqui, tanto no sentido da categoria de paradigma sobre cultura ou gestão das políticas de cultura identificados em sua produção legislativa, como na quantidade de projetos apresentados.

Assim, pretende-se oferecer essa informação ao grupo de tratamento e mensurar sua produção legislativa ao longo do ano de 2015; bem como se avaliará a produção

legislativa do grupo de comparação no mesmo período, para o qual a informação não foi oferecida. Esse duplo acompanhamento, feito de maneira longitudinal e dado entre grupos não-equivalentes, permitirá a aferição da hipótese de que a informação organizada sobre sua própria atividade legislativa e os paradigmas que a orienta modifica a atividade parlamentar do grupo em exame.<sup>5</sup>

De maneira gráfica  $P$  (a informação oferecida sobre os paradigmas)  $\rightarrow Y$  (outcome, a produção legislativa), dado o controle de  $X$  (informações de base coletadas entre os dois grupos).

Esse desenho analítico proporcionará vantagens em relação à observação direta da produção legislativa dos parlamentares (outcomes,  $Y$ ). A primeira vantagem é que o desenho permite definir os efeitos causais esperados (no caso, a variação na produção legislativa) antes que sejam especificados e verificados os mecanismos de seleção entre os grupos (que definirá qual das duas instâncias parlamentares será o grupo de tratamento, e qual será o grupo de comparação). Essa diferença pode ser observada pela diferença  $Y_i(1) - Y_i(0)$ , ou pela razão  $Y_i(1)/Y_i(0)$ , ou outra razão que permita comparar dois possíveis outcomes associados ao efeito do quase-experimento (a informação oferecida aos parlamentares do grupo de tratamento) e que derivem das informações de base ( $X$ ), coletadas *ex ante* entre os dois grupos. Outra vantagem do desenho proposto deriva do fato de que ele permite relacionar diretamente a análise dos efeitos causais aos processos que são realizados pelo quase-experimento (a informação oferecida aos parlamentares), porque se considerou que tipo de experimento pode revelar os efeitos causais que se quer avaliar. Esse tipo de procedimento clarifica a interpretação de seus efeitos causais<sup>6</sup>. Pode-se apontar mais uma vantagem no modelo proposto de pesquisa, que este permite formular suposições de natureza probabilística com base em variáveis potencialmente observáveis, e não em componentes não observados - como em um modelo de regressão por OLS.

---

<sup>5</sup> Serão desconsiderados do grupo de tratamento os parlamentares que fizerem parte de ambas as comissões, CCULT e da Frente Parlamentar em 2015. Essa medida visa à tentativa de não contaminação do grupo de comparação quando o teste for aplicado ao grupo de tratamento.

<sup>6</sup> A título de ilustração podemos levar em conta alguns exemplos recentes da literatura citados por Imbens e Wooldridge (2009). Primeiro, podemos considerar os efeitos do gênero e da etnia sobre as chances de se conseguir um emprego (o outcome de interesse): uma comparação simples desse outcome segundo o gênero e o grupo étnico dos candidatos a um posto de trabalho é bastante difícil de ser interpretado. Seriam as diferenças observadas o resultado da discriminação pelos empregadores, ou da diferença entre candidatos, possivelmente derivadas da discriminação sofrida em estágios anteriores do ciclo de vida? Ao se adotar um desenho de tipo POA é possível obter-se interpretações causais mais claras na medida em que as comparações dos resultados obtidos podem ser produzidas em situações diretamente manipuladas pelo pesquisador. Por exemplo, alterando-se o nome de um conjunto de candidatos a um determinado posto de forma a esconder suas origens étnicas (o que é particularmente relevante no contexto americano).

#### 4. Cronograma

Atividade/Período	2014		2015	
	jan - jul	ago - dez	jan-maio	jun-out
Levantamento produção legislativa 2011-2013	X			
Organização produção legislativa 2011-2014	X	X		
Contato com Parlamentares 54ª Leg.	X	X		
Marcação das entrevistas 54ª Leg.	X	X		
Aplicação de questionários 54ª Leg.		X		
Transcrição entrevistas 54ª Leg.		X		
Tabulação das entrevistas 54ª Leg.		X		
Análise da produção legislativa	X	X		
Análise entrevistas - identificação paradigmas		X		
Comparação paradigmas x produção legislativa 2011-2014		X	X	
Contato com Parlamentares 55ª Leg.			X	
Marcação das entrevistas 55ª Leg.			X	
Aplicação de questionários 55ª Leg.			X	
Transcrição entrevistas 55ª Leg.			X	
Organização material para devolutiva			X	
Devolutiva aos parlamentares			X	
Acompanhamento da produção legislativa - 2015				X
Verificação da variação na produção legislativa do período entre os grupos				X
Organização final dos dados				X
Relatório Final FAPESP				X

#### 5. Disseminação e Avaliação

A disseminação dos resultados do projeto ocorrerá pela publicação de livros e artigos em periódicos indexados; realização de seminários com outros pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, atores envolvidos nas áreas pesquisadas e interessados em geral; divulgação de extratos de pesquisas e de “textos para discussão” em formato eletrônico no sítio do NUPPs; disponibilização dos bancos de dados gerados a partir da pesquisa para utilização de outros pesquisadores, bem como de alunos em âmbito de graduação e pós-graduação; concessão de entrevistas a jornalistas e periódicos que tratem dos resultados das pesquisas. Supõe-se que os próprios processos envolvidos nos meios de disseminação dos resultados da pesquisa possam ser tomados como métodos de avaliação da disseminação dos resultados da pesquisa, como a aceitação de artigos em periódicos indexados via análise por pares; quantidade de downloads dos bancos de dados e artigos a partir do sítio do Núcleo; quantidade de

seminários e de pessoas neles presentes; quantidade de livros publicados; e a quantidade de entrevistas concedidas a jornalistas e periódicos.

## 6. Referências Bibliográficas

- ALMOND, G. and VERBA, S. (1963). *“The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations”*. Boston: Little Brown.
- BLOOM, H. S., MICHALOPOULOS, C. e HILL, C. J. (2005). “Using experiments to assess nonexperimental comparison group methods for measuring program effects”. In h. s. Bloom (ed), 2005. *learning More From Social Experiments*. New York: Russe Sage Foundation, pp 173-235.
- BOTELHO, I. (2001). “Dimensões da cultura e políticas públicas”. São Paulo: *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2).
- BRASÍLIA: Ministério da Cultura; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007. “Coleção Cadernos de Políticas Culturais, v. I e II”.
- BOOTH, J A.; SELIGSON, M. A. (2006). “Inequality and democracy in Latin America: individual and contextual effect of wealth on political participation.” Paper apresentado no *Workshop on Poverty and Democracy*, Duke University, Durham, NC, February 17-18.
- BRAUN, D. e MERRIEN F-X. (eds) (1999). *“Toward a new model of governance for universities? A comparative view.”* London: Jessica Kingsley Publishers.
- DAHL, R. (1971). *“Polyarchy: Participation and Opposition.”* Yale University Press.
- DALTON, Russell (2002). “The Decline of Party Identification”. In Russell Dalton and Martin Wattenberg (eds) *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press.
- DIAMOND, L. and MORLINO, L., (2005). *“Assessing the Quality of Democracy”*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore.
- DRUCKMAN, James N., GREEN, Donald P., KUKLINSKI, James H., LUPIA, Arthur. (2006). “The Growth and Development of Experimental Research in Political Science.” *American Political Science Review*, Vol 100, nº 4(November).
- EASTON, D. (1965). *“A systems analysis of political life”*. New York: Wiley, 1965.
- ELSTER, J. (1989). *“Nuts and bolts for the social science”*. Cambridge: Cambridge University Press.
- EULAU, Heinz; KARPS, Paul D. 1977). “The puzzle of representation: specifying components of responsiveness. *Legislative Studies Quarterly*”. 2(3): 233-254.
- HALL P. A. (1989). *“The Political power of economic ideas: keynesianism across nations.”* Princeton: Princeton University Press.

- HALL, P. e TAYLOR, R. (2003) “*As três versões do neo-institucionalismo*”. Lua Nova, n 58. CEDEC, São Paulo.
- HOWKINS, David e CATALANO, Richard F. (2005). “Doing Prevention Science: A response to Dennis M. Gorman and a brief history of the quasi-experimental study nested within the Seattle Social Development Project.” *Journal of Experimental Criminology*, 1:79-86.
- HUBER, E., RUESCHEMEYER, D. e STEPHENS, J. D. (1997). “The paradoxes of Contemporary Democracy: Formal, Participatory and Social Democracy”. *Comparative Politics*, 29/3: 323-42.
- IMBENS, Guido M. e WOOLDRIDGE, Jeffrey M. (2009). "Recent Developments in the Econometrics of Program Evaluation," *Journal of Economic Literature*, American Economic Association, vol. 47(1), pages 5-86, March.
- IMMERGUT, E (2006). “*Institutional Constraints on Policy*”. In: Moran, Rein e Goodin (orgs) *The Public Policy*. Oxford University Press, New York.
- JENSON, J. (1989). “Paradigms and political discourse: protective legislation in France and United State before 1914”. *Canadian Journal of Political Science* 22(2): 235-256.
- JOHN, Peter. (2013). “Field Experiments in Political Science Research. Contribution to Oxford Bibliographies Online: Political Science.” Cópia eletrônica disponível em <http://ssrn.com/abstract=2207877>
- LIEBERMAN, R. C. (2002). “Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change”. *The American Political Science Review*, 96(4): 697-712
- LIPJHART, A., (1999). “*Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*”. Yale University Press, New haven.
- MESSENBERG, Débora (2008), A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. *Revista de Sociologia Política*, 16 (30): 17-28.
- MESSENGER C. (2005). “Policy Learning, Policy Diffusion, and the Making of a New Order”. *The annals of the American Academy of Political and Social Science* 598(1), 67-82.
- MICELI, S. (org.) (1984). “*Estado e cultura no Brasil*”. São Paulo, Difel.
- MOISÉS, J. A. e BOTELHO, I. (1997). “*Modelos de Financiamento da Cultura*”. Rio de Janeiro: FUNARTE.
- MOISÉS, J. A. e SOSNOWSKI, S (2001). “*Cultura e democracia*” Volume I. Rio de Janeiro, Edições Fundação Nacional de Cultura.

- MOISÉS, J. A. (2008). “Democracia, Desconfiança Política e Insatisfação com o Regime – o caso do Brasil.” *Opinião Pública, Campinas*, vol. 14, no. 1, June 2008, pp. 1-42.
- MOISÉS, J. A. (org.) (2010). “*Democracia e Confiança – Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*”. Edusp, SP.
- MORLINO, L. (2010). “Teoria da Democratização, Qualidade da Democracia e Pesquisa de Opinião: Ainda em ‘Mesas Separadas’.” Moisés, J. A., (org.), *Democracia e Confiança – Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*, Edusp.
- NORRIS, P. (1999). “Institutional Explanations for Political Support.” In Pippa Norris (ed), *Critical Citizens*. New York: Oxford University Press.
- O’DONNELL, G., CULLELL, J. V. e IAZETTA, O. M. (Eds.), (2004). “*The Quality of Democracy: Theory and Application*”. University of Notre Dame Press, Notre Dame.
- OFFE, C. (1999). “How can we trust our fellow citizens?”. In: WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, A. e ROMÃO, O. 2006. “Manual do Terceiro Setor e Organizações Religiosas”. São Paulo. Atlas.
- POWELL, R.J.; MOEN, M. C.; PALMER, K. T. (2005). “*Changing Members: The Maine Legislature in the Era of Term Limits*.” Lanham, MD: Lexington Books.
- ROSE, R. & SHIN, D. C. (2001). “Democratization and backwards: the problem of Third Wave democracies”. *British Journal of Political Science*, 31 (2): 331-375.
- ROSS, H. M. (1997). “Culture and identity in comparative political analysis”. In M. I. Lichbach e A. S. Zuckerman (orgs), *Comparative politics. Rationality , culture, and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 133-166.
- RUBIM, A. A. C. (2007). “Políticas Culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos.” Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007.
- SABATIER, P. A. (1988). “An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein”. *Policy Science* 21(1): 129-168.
- SCHEDLER, A., SARFIELD, R. (2004). “Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support.” Afrobarometer Working-paper, no. 45.
- SELLTIZ, WRIGHTSMAN, e COOK. (1981). “Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais”. EPU.
- WARREN, M. E. (1999). “Democratic theory and trust.” In: WARREN, M. E. (Ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press.